

**UNIVERZITA PALACKÉHO V OLOMOUCI**

**Filozofická fakulta**

**Katedra romanistiky**

Radka Slezáčková

**Personagem da Rainha D. Luísa de Gusmão e a sua  
contribuição a restauração do Reino Português durante o  
predomínio espanhol**

Bakalářská práce

Vedoucí práce: Mgr. Petra Svobodová, PhD.

Olomouc 2017

**Čestné prohlášení:** Prohlašuji, že jsem bakalářskou práci vypracovala samostatně pod odborným vedením Mgr. Petry Svobodové, Ph.D. a uvedla v ní veškerou použitou literaturu a ostatní zdroje.

Olomouc, 4.5. 2017

.....

Podpis

**Poděkování:**

Chtěla bych poděkovat Mgr. Petře Svobodové, Ph.D. za vedení mé práce, odborné poznatky a trpělivost při zpracovávání mé práce.

Dále mé poděkování za korekturu práce patří Mgr. Fernando Costa.

# Índice

Introdução.....	6
1 Infância de D. Luísa, seu casamento e sua vida com D. João antes da Restauração.....	7
1.1 A sua origem e infância.....	7
1.2 Razões para casamento com D. João.....	7
1.3 Casamento e a sua vida em Vila Viçosa.....	8
1.4 Filhos de D. Luísa e de D. João.....	9
2 Entrada da família na cena política.....	12
2.1 Portugal antes da Restauração.....	12
2.1.1 D. Filipe III de Portugal.....	12
2.1.2 D. João, 8º Duque de Bragança.....	13
2.1.3 Inícios da conspiração.....	14
2.1.4 Dia de revolta e acontecimentos seguintes.....	15
2.2 Curso da guerra com Espanha.....	16
2.3 Relações diplomáticas durante a Restauração.....	18
2.3.1 Inglaterra.....	18
2.3.2 França.....	20
2.3.3 Estado Papal.....	20
2.4 D. Luísa de Gusmão, rainha de Portugal.....	22
2.4.1 Casa das rainhas.....	23
2.5 Morte de D. João e o problema com D. Afonso.....	23
2.6 Situação em Portugal.....	26
2.7 Regência.....	28
2.7.1 Progresso da guerra com Espanha durante a regência.....	30
2.8 Últimos anos e fim da regência.....	31
2.9 Vida da rainha depois.....	32
2.9.1 A sua morte.....	34
2.10 Últimos anos da Guerra da Restauração.....	34
2.10.1 A situação na corte.....	35
2.10.2 Progresso e fim da guerra com Espanha.....	35
3 Resumo do papel de D. Luísa na Restauração e independência de Portugal.....	37
Conclusão.....	38
Summary.....	40
Shrnutí.....	41

Anotace.....	42
Bibliografie.....	43

## Introdução

Restauração é uma época da história de Portugal e Espanha que sucedeu a União Ibérica, conjunção dos dois estados entre anos 1580 e 1640. A crise dinástica em 1580 resultou no predomínio de Espanha e por 60 anos os portugueses estiveram sob o governo dos Filipes de Espanha. No início desse período a União parecia uma boa solução para a crise mas com a acumulação dos problemas a opinião sobre esse assunto foi mudando gradualmente até que a situação resultou na entronização de um dos descendentes dos candidatos ao trono da crise em 1580. Tratava-se de D. João, 8º duque de Bragança, e em dezembro de 1640 ele foi aclamado rei de Portugal e com esse ato começou Guerra da Restauração que durou 28 anos. Com D. João subiu ao poder também sua esposa, D. Luísa de Gusmão, mulher originária de Espanha que depois da morte do seu marido em 1656 teve que assumir a posição da rainha regente e governar Portugal em vez do seu filho, D. Afonso, e herdeiro do trono. O período do governo de D. Luísa durou 6 anos o que foi incomum porque D. Afonso tornou 14 anos já em 1657 e de costume herdeiros começavam reinar mesmo nessa idade. Isso não aconteceu e Em 1662 foi D. Luísa foi livrada da sua função da rainha regente em 1662 desde quando não significativamente influenciou na situação política de Portugal.

Não há muitos casos tão longos do governo duma mulher como regente na história de Portugal e por isso a regência de D. Luísa representa uma situação interessante. Infelizmente mulheres nesses tempos não eram consideradas iguais aos homens e portanto não existem muitos documentos originais dessas épocas, que descreviam detalhadamente a vida delas e que tratavam somente personagens femininas. No caso de D. Luísa a situação não é muito diferente e fontes do século dezassete são somente gerais.

O objetivo desse estudo é descrever o curso da vida inteira da rainha para obter uma imagem mais complexa sobre os acontecimentos que influenciaram-na e para esclarecer os problemas mais significantes que ocorreram durante os 52 anos da sua vida e sobretudo durante a sua segunda regência.

# **1 Infância de D. Luísa, seu casamento e sua vida com D. João antes da Restauração**

Iniciamos o trabalho com o início da vida de D. Luísa. e com os acontecimentos importantes na sua vida. Por exemplo podemos nomear seu casamento com D. João, mudança para Portugal e por fim a sua vida em Vila Viçosa.

## **1.1 A sua origem e infância**

Dona Luísa Maria Francisca de Gusmão e Sandoval, originalmente Luiza Francisca de Guzmán, vinha de família espanhola, mais especificamente de família andaluza. Nasceu em 13 de outubro de 1613, a sua mãe era Dona Joana Lorenza Gómez de Sandoval y la Cerda e o seu pai foi D. Manuel Alonso Pérez de Guzmán. D. Manuel era 8º duque de Medina Sidónia e podemos dizer que a família de Medina Sidónia era uma das mais poderosas da Espanha.

Da infância de D. Luísa podemos enfatizar um acontecimento mais importante e interessante. Foi o seu batismo que ocorreu no dia 24 de outubro de 1624 e que está ligado com uma história interessante, mas impossível de verificar. Existe uma lenda, que no dia do seu batismo um mouro fez uma predição que a D. Luísa seria rainha. Todos achavam, que a predição referia-se ao Filipe III de Portugal, mas esta opção foi excluída em 1615 quando ele casou-se com Isabel de Bourbon.<sup>12</sup>

Questão de educação e infância de D. Luísa é difícil, porque não existem muitas fontes que descrevessem a vida dela antes de chegar a Portugal.

## **1.2 Razões para casamento com D. João**

Como já sabemos, a família de Medina Sidónia foi poderosa e neste tempo os casamentos foram um dos meios naturais de como afirmar ou mesmo reforçar o seu poder, então foi claro, que as intenções da família com o casamento dela não foram ordinárias. Ela já não poderia tornar-se rainha de Espanha, como insinuava a predição suposta do mouro, e foi necessário procurar outras opções para resolver este assunto.

D. Luísa não foi uma candidata desde o início da procura duma esposa adequada na questão do matrimónio de D. João. O pai dele, D. Teodósio, durante a sua vida considerou

---

1 Isabel de Bourbon era filha de Maria de Médici e Henrique IV, rei da França e de Navarra.

2 VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p. 29.

várias opções possíveis e esperava que o seu filho pudesse casar com uma dona das casas italianas mais poderosas, casas “de Saboia, Módena, Pádua, Mântua e Florença”<sup>3</sup>, e a sua favorita foi D. Maria Farnésio. Esta possibilidade tornou-se impossível em 1630 quando ela casou-se com um duque italiano e além disso, D. Teodósio morreu neste ano e com ele também morreram as suas ideias sobre o casamento de D. João.

Neste ponto da história portuguesa e espanhola foi o conde-duque de Olivares que interferiu na política matrimonial da família de Medina Sidónia e de Bragança. Ele foi o primo distante de D. Manuel e também secretário de D. Filipe III de Portugal. O plano de Olivares era unir Espanha e Portugal através de casamento das famílias, para reforçar as relações e segundo a sua opinião também fazer os portugueses se sentirem mais integrados na União Ibérica.

Depois de morte do seu pai D. João considerava as suas opções e com isso o ajudou D. Francisco de Melo. Respondeu ao pedido de conselho de D. João e influenciado por Olivares, aconselhou-lhe casar em Espanha e na carta sugeriu casamento com D. Luísa. As condições concretas, por exemplo, a promessa de D. Filipe III de Portugal, que D. João receberia o título de duque de Guimarães, foram discutidas entre as famílias durante os dois anos seguintes e finalmente em dezembro de 1632 D. João pediu a mão de D. Luísa.

Porém como já mencionámos o casamento não deu os resultados esperados por D. Olivares e não influenciou nem D. João nem o povo português de modo que teria atendido as expectativas. Suas esperanças eram que esse casamento ligasse Espanha e Portugal mais e que a junção das duas famílias poderosas interligaria os estados e que esse realcionamento fortalecia pertinência de D. João à União Ibérica.

### **1.3 Casamento e a sua vida em Vila Viçosa**

Preparações para o casamento começaram já em 1632, além do dote monetário foi necessário preparar roupas, jóias e outras partes importantes de enxoval da noiva e futura duquesa de Bragança. Depois da pedida oficial da parte de D. João quase tudo foi preparado e planejado. O lugar de encontro do futuro casal foi Elvas, cidade portuguesa na fronteira de Portugal e Espanha.

A viagem começou em 3 de janeiro 1633 e D. Luísa era acompanhada por D. Gaspar de Guzmán e o seu irmão e sucessor de D. Manuel. Chegaram a Badajoz, cidade na fronteira do lado espanhol, e pois a Elvas onde a 12 de janeiro ocorreu a cerimónia de

---

<sup>3</sup> Idem, p. 33.



casamento que era acompanhada por festividades nos dias seguintes e também celebrou-se uma missa.

Depois da chegada do casal as festividades continuaram em Vila Viçosa por mais uma semana. D. Gaspar esteve ainda presente nas festividades naquela altura mas o seu pai chamou-lhe e isso foi o último momento quando ele e a sua irmã, D. Luísa, estiveram juntos.

O palácio foi renovado antes da chegada da duquesa e a presença de mulher na casa foi de certo ponto de vista vantajosa mas a sobrevivência de D. Luísa e as suas damas com os habitantes originais do palácio não ocorreram sem complicações. Especificamente ocorreu um problema entre D. Luísa e D. Duarte, irmão de D. João, que “mantinha uma ligação com uma das suas damas de honor.”<sup>4</sup> Não sabemos o caráter preciso da relação entre D. Duarte e a dama, mas o resultado foi que ambos irmãos de D. João já não moravam no palácio ducal em Vila Viçosa mas na Quinta dos Peixinhos.

Além disso não ocorreu nenhum problema grande e podemos dizer que o casamento e a vida do casal era tranquila e sem maiores complicações ou acontecimentos turbulentos.

#### **1.4 Filhos de D. Luísa e de D. João**

No que concerne a quantidade de descendentes do casal, podemos dizer que foram produtivos. No total tiveram nove filhos. O seu filho primogénito foi **D. Teodósio**, herdeiro do trono, duque de Bragança e em 1645 nomeado Príncipe do Brasil, nascido a 8 de fevereiro de 1634. Significa que foi concebido não muito tempo depois de casamento e nos primeiros anos da relação foi D. Teodósio seguido por nascimento de filhos do casal real cada ano. D. Teodósio era chamado “príncipe perfeito” e em alguns aspectos pareceu-se com o seu pai, por exemplo o seu interesse em música. Estava destinado a reinar em Portugal e este fato foi tomado em consideração durante a educação dele. Era herdeiro de trono que ativamente participava nos assuntos de reinado, era interessado na guerra, ainda que o seu pai limitasse as atividades para mantê-lo em lugares seguros, era pressuposto rei e era muito promissor, segundo os historiadores, mas a situação desenvolveu de outra maneira. Em 1653 D. Teodósio adoeceu duma doença de tipo pulmonar e depois alguns meses apesar de tentativas dos médicos e cuidado de D. Luísa, D. Teodósio morreu no dia 15 de maio de 1653 e foi enterrado no dia seguinte.

Infelizmente nem todos os filhos sobreviveram até adolescência. **D. Ana**, segunda

---

<sup>4</sup> VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p. 42.

filha do casal, nasceu no dia 21 de janeiro de 1635 mas morreu umas horas depois no mesmo dia. Terceira gravidez resultou em nascimento de **D. Joana**, princesa da Beira, que viveu até 17 anos. A sua morte ocorreu no mesmo ano que a de D. Teodósio e causou prolongação do luto da família, que perdeu dois filhos mais velhos no mesmo ano. **D. Catarina**, futura rainha consorte de Inglaterra, nasceu em 1638. O seu destino estava ligado com ao esforço de D. Luísa em continuar tentativas políticas do seu marido e o casamento de D. Catarina tornou-se ponto muito importante durante o curso da Guerra da Restauração e ainda vamos mencioná-lo neste trabalho. D. Luísa mantinha em contacto com a sua filha através cartas. O segundo filho, **D. Manuel**, lamentavelmente morreu poucas horas depois do seu nascimento, como D. Ana. Isto aconteceu em 1640. Os seguintes filhos foram dois homens. **D. Afonso**, futuro Rei de Portugal, nasceu no dia 21 de agosto de 1643, mas nesta altura ainda não era o herdeiro do trono português e ninguém podia prever os acontecimentos que levaram a sua aclamação. A sua educação era então diversa da D. Teodósio, que foi o príncipe herdeiro original. No final nem com D. Afonso acabaram as mudanças o papel de herdeiro do trono de Portugal entre os descendentes. D. Afonso, assim como alguns de seus irmãos, tinha a saúde fraca e na sua infância e adolescência sofreu várias doenças e ferimentos que provavelmente lhe causaram impotência. A condição dele não lhe permitiu consumir o casamento com D. Maria Francisca de Saboia e o casamento foi então anulado. Isto e outros problemas com D. Afonso causaram que D. Luísa durante a regência designou D. Pedro como o sucessor da coroa. O último filho de D. Luísa e de D. João era **D. Pedro**. Último, mas provavelmente o filho mais importante para dinastia de Bragança, porque mesmo D. Pedro assegurou a continuação da linhagem quando subiu ao trono depois de D. Afonso. Além dessas sete gravidezes, quando deu à luz aos filhos já mencionados, D. Luísa ficou grávida mais duas vezes mas estes dois casos resultaram em aborto. Os problemas com gravidezes dela e de outros seus parentes causam a suspeita que D. Luísa tinha uma doença genética que podia causar a mortalidade elevada dos seus filhos. Podemos também mencionar D. Catarina, cujas gravidezes sempre resultavam em abortos ou partos de bebés mortos. Assim foi posta em perigo linhagem de Stuarts, mas D. Carlos II assegurou a sua continuação engendrando filhos ilegítimos.<sup>5</sup>

Os filhos acima mencionados não eram os únicos, que D. João teve. A sua filha de relação extramatrimonial chamava-se Maria, a sua mãe era uma dama, mas esta filha

---

<sup>5</sup> VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p.44.

ilegitima e mais tarde reconhecida por D. João não tinha um papel importante na história e passou a sua vida no Convento de Santa Teresa de Carnide.<sup>6</sup>

---

6 LENCASTRE, Isabel. *Bastardos reais: os filhos ilegítimos dos reis de Portugal*. Alfragide: Oficina do Livro, 2012. Disponível em World Wide Web: ([http://ler-agora.jegueajato.com/Isabel%20Lencastre/Bastardos%20Reais%20\(1079\)/Bastardos%20Reais%20-%20Isabel%20Lencastre?chave=1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf](http://ler-agora.jegueajato.com/Isabel%20Lencastre/Bastardos%20Reais%20(1079)/Bastardos%20Reais%20-%20Isabel%20Lencastre?chave=1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf)), consultado em 1.5.2017.

## 2 Entrada da família na cena política

Para obter imagem complexa do estado de Portugal no momento da subida de D. Luísa ao trono português como rainha regente, temos que saber mais sobre a situação em Portugal antes e durante da Restauração e durante o reinado de D. João. Por isso nesse capítulo vamos resumir esses acontecimentos fundamentais que diretamente ou indiretamente influenciam o curso da vida dela e de D. João.

### 2.1 Portugal antes da Restauração

#### 2.1.1 D. Filipe III de Portugal

O último Filipe subiu ao trono português e espanhol em 1621 e contava com apenas 16 anos. Rei jovem foi inexperiente e não muito interessado no governo e assim o império caiu nas mãos de Gaspar Felipe de Guzmán, conde e depois duque de Olivares. O novo primeiro-ministro começou a reformar o império com um objectivo: o reforço da posição da Espanha e o fortalecimento do poder castelhano nos seus territórios. A sua política compreendia centralização do poder e participação financeira maior de Portugal.

Violações do tratado de Tomar<sup>7</sup> como centralização, nomeação dos nobres espanhóis aos postos em Portugal, recrutamento dos soldados portugueses para guerras de Espanha<sup>8</sup>, inquisição, impostos crescentes e crise mais e mais graves resultou em insatisfação geral e progressivamente em muitas insurreições, por exemplo podemos citar a revolta de maçarocas.<sup>9</sup>

Nem a década seguinte começou bem. No Brasil a situação agravou e em Portugal não foi melhor. A crise afetava pessoas de todos os níveis sociais e o povo foi carregado com onze diferentes impostos.<sup>10</sup> Portugal teve que participar na Guerra dos Trinta Anos tanto financeiramente como militarmente o que foi outra fonte de descontentamento e da seguida de revoltas. Neste ambiente nasceu em 1639 a conspiração que mudou o destino de Portugal e que estava estreitamente ligado com D. João, o futuro rei de Portugal.

---

7 Acordo de 1581 que designava as condições de participação de Portugal na União Ibérica.

8 SARAIVA, José Hermano, *História concisa de PORTUGAL*, (16. ed. Mem Martins: Europa-América, 1993) p. 206 – 207.

9 Revolta de 1629 no Porto.

10 KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: NLN 2007), p.183.

### 2.1.2 D. João, 8º Duque de Bragança.

D. João nasceu em 1604 e segundo alguns graças aos seus antepassados existia possibilidade de aclamá-lo rei de Portugal legalmente. Era filho de D. Teodósio II, 7º duque de Bragança cuja mãe era Catarina de Bragança, mulher que tentou aclamar o seu direito para o trono português em 1580, quando nasceu União Ibérica, porque era neta de D. Manuel I e era uma dos candidatos ao trono depois da morte de D. Sebastião. Outros candidatos eram Filipe I de Portugal (Filipe II de Espanha), António, prior de Crato, filho ilegítimo de D. Luís, e pois Rainúncio Farnese, duque de Parma e Manuel Felisberto, duque de Sabóia, ambos eram netos de D. Manuel.<sup>11</sup> Infelizmente D. Catarina renunciou a luta contra D. Filipe II de Espanha, cuja esposa era Maria Manuela, também neta de D. Manuel I mas era também filha de D. João III, rei de Portugal antes de D. Sebastião. D. Catarina permaneceu então só duquesa de Bragança e o ramo secundário do sangue real continuou em Vila Viçosa sem causar problemas à Casa de Habsburgo governante durante maioria do tempo da União Ibérica.

A família de Bragança era uma das mais importantes em Portugal e D. João recebeu educação do futuro duque de Bragança. Podemos destacar o seu interesse em caça e também admiração pela música. O seu pai, D. Teodósio, garantiu-lhe as condições para estudos da composição de música e D. João possivelmente tinha a maior coleção de músicas na Europa<sup>12</sup>.

Depois da morte de D. Teodósio, pai do rei futuro, D. João defendeu-se várias vezes das tentativas do D. Olivares, que tiveram como seu objectivo “neutralizá-lo” no campo político. Uma das suas tentativas incluiu unir Espanha e Portugal através o casamento no ano de 1633 de D. João com D. Luísa Francisca de Gusmão. Isso não fez sucesso, como vamos descobrir mais tarde, esse casamento possivelmente ajudou o processo da separação de Portugal, mas D. Olivares não se entregou. Como um descendente da linhagem real D. João representava certo perigo pelo domínio espanhol e D. Olivares sabia disso muito bem. Já em 1634 D. João recebeu uma oferta para governar Milão. Se a tivesse aceito e se tivesse mudado para Itália, já não ameaçaria a posição de Espanha em Portugal por razões geográficas. Mas ele não aceitou a oferta e desculpou-se também da convocação da parte espanhola para explicar a sua desobediência e ficou em Portugal onde era seguro.

---

11 MATTOSO, José. História de Portugal: No alvorecer da modernidade (1480-1620) (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), p. 554.

12 David Cranmer, English music in the Library of King João IV of Portugal. Disponível em World Wide Web: ([http://sederi.org/docs/yearbooks/16/16\\_8\\_cranmer.pdf](http://sederi.org/docs/yearbooks/16/16_8_cranmer.pdf)), consultado em 14.10.2016.

### 2.1.3 Inícios da conspiração

O descontentamento geral relacionado com a situação económica, que se encontrava em estado lamentável, carga de impostos inadequados, número de fronteiras abertas nas guerras regidas por Espanha, o império já não respeitava o acordo de Tomar, tentativas de Olivares incorporar Portugal mais em Espanha o que significava centralização cada vez mais intensiva, tudo isto contribuiu ao surgimento da conspiração, que começou entre nobres portugueses em 1638. O dia de 12 de outubro de 1639 foi o dia quando os conspiradores encontraram-se pela primeira vez e os participantes foram: “D. Miguel de Almeida, Francisco de Melo e o seu irmão Jorge de Melo, Pedro de Mendonça Furtado, Antônio de Saldanha e D. João Pinto Ribeiro.”<sup>13</sup>

Neste primeiro encontro discutia-se a própria participação de D. João, duque de Bragança, como pessoa que pudesse subir ao trono. Os nobres foram divididos em dois grupos. Alguns não estavam convencidos que D. João tomasse parte na revolta e outros acharam o contrário. Por isso D. João Ribeiro e Pedro de Mendonça foram enviados a Vila Viçosa para consultar este problema diretamente com duque de Bragança. D. João não lhes deu a resposta imediatamente mas só quando consultou este assunto com o seu secretário, António Pais Viegas, e depois também com a sua esposa, D. Luísa, cujo envolvimento em essa decisão e suas outras contribuições ao processo da restauração serão analisados no capítulo 3 do trabalho.

D. João consentiu com a sua participação na conspiração e que subisse ao trono e com o seu apoio da conspiração o processo acelerou. Os portugueses ganham uma vantagem em 1640. Em maio os catalães revoltaram-se contra o domínio de Castela e contra D. Filipe III. Enquanto ele dava atenção a este problema urgente, os portugueses aproveitaram essa oportunidade e em 1º de dezembro de 1640 começou uma nova época na história de Portugal.

Portugal teve algum tempo para preparações graças aos problemas internos de Espanha. Os portugueses não foram os únicos que já consideraram o domínio espanhol intolerável. Uma das causas que contribuíram para o início da restauração foi a guerra que estava em andamento na Catalunha desde junho. Os catalães não eram satisfeitos com a presença dos espanhóis em Catalunha e uma sublevação resultou em verdadeira revolta.<sup>14</sup> Esse problema no início ocupava Castela mais do que problemas em Portugal, que eram

13 VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p. 54.

14 ANTONIO UBIETO, *Arteta. Dějiny Španělska* (Barcelona: Edito, 1995), p. 493.

originalmente subestimados. Outra complicação nasceu em Andalusia. Na terra natal de D. Luísa ocorreu outra conspiração contra Castela que foi iniciada pelo D. Gaspar, irmão de D. Luísa e seu primo, 6º marquês de Aiamonte. Mas essa iniciativa foi descoberta, marquês foi executado depois de sete anos na prisão e D. Gaspar “perdeu uma parte substancial do seu património. As terras de Sanlúcas de Barrameda foram incorporadas nas terras da Coroa, e o duque foi obrigado a pagar 200 000 ducados.”<sup>15</sup> Isso influenciou também D. Luísa em aspecto financeiro, porque os problemas do seu irmão causaram sua incapacidade de pagar o dinheiro prometido a “D. Luísa ficou sem dote e passou a depender exclusivamente da casa das rainhas para pagar as despesas da sua casa.”<sup>16</sup>

#### **2.1.4 Dia de revolta e acontecimentos seguintes**

Como já dissemos, o dia de revolta foi 1º de dezembro de 1640 pelos conspiradores. O plano da ação foi preparado com cuidado e por isso não houve muitas complicações durante o golpe. O grupo dos conjurados chegou a frente do palácio Paço da Ribeira, que fica em Lisboa e fora a residência dos reis de Portugal. Na hora marcada, nove da manhã, começaram a ocupar o palácio. O ataque foi inesperado e logo Miguel de Almada, um dos conjurados, aclamou duque de Bragança o rei de Portugal, dum balcão do palácio.

O secretário Miguel de Vasconcelos foi morto e duquesa de Mântua, a vice-rainha de Portugal nomeada pelo Olivares, foi forçada a assinar ordens para segurar, que guarnições em vários pontos estratégicos e importantes rendessem-se aos conjurados. Graças a isso foi liberada. Toda a própria ação no palácio passou sem alguma agitação e no meio-dia foi acabada. Após a aclamação de D. João IV rei de Portugal a novidade passo a passo divulgava, outras cidades uniam-se à revolta e naturalmente a informação chegou em alguns dias também a corte espanhol, onde causou um choque.

D. João não foi participante ativo na revolta e em 1º de dezembro estava em Vila Viçosa. Sobre o resultado da revolta foi notificado no dia seguinte e ele partiu para Lisboa. Porque ainda não sabia tudo sobre a situação e queria proteger a sua família, deixou-a em Vila Viçosa. Ele chegou a Lisboa em 6 de dezembro e encarregou-se do governo. Espanha naturalmente não aceitou a independência de Portugal e foi necessário preparar-se para resistência da parte deles. Com a finalidade disto D. João fundou a 11 de dezembro

---

15 VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p. 84

16 Idem, p. 85.

Conselho da Guerra e iniciaram-se as preparações.

## 2.2 Curso da guerra com Espanha

Para entendermos a situação no campo militar quando D. Luísa assumiu governo, temos que saber o desenvolvimento da guerra desde o início. Como já sabemos no início do reinado de D. João o País estava em estado miserável e somente mudança da pessoa no trono português não poderia ajudar nem a situação financeira nem militar. D. João estava bem ciente desse facto e os seus primeiros passos incluíram tentativas como começar a resolver essas desvantagens. Felizmente Portugal aceitou a mudança no trono sem grandes protestos, já alguns dias depois do dia da Restauração as cidades portuguesas como Santarém e outros apoiam o novo rei. Temos que adiantar que apesar de aceitação geral, não completamente todos foram apoiantes entusiásticos da independência de Portugal. Portugueses na corte espanhol ficavam fiéis ao Felipe e habsburgos assim como inquisidor Geral Francisco de Castro; em oposição eram jesuítas, que apoiavam D. João.<sup>17</sup> Também podemos adiantar alguns conspirações contra governador novo que confirmam o facto que não todos estavam contentes com a independência de Portugal. Já em 1641 ocorreu primeira conspiração cujos participantes foram o marquês Vila Real, seu filho duque Caminha, conde Armamar, arcebispo de Braga, Sebastião de Noronha, já mencionado inquisidor geral Francisco de Castro e alguns comerciantes de Lisboa. A conspiração foi revelada e os conspiradores castigados, alguns deles até executados.<sup>18</sup> Outra incidência semelhante foi mais grave, tratava se de uma tentativa de assassinato que ocorreu em 1647 e felizmente D. João não foi ferido durante o atentado. Alguns pressupõem que essa tentativa nasceu de Espanha.<sup>19</sup>

Medidas tomadas por D. João e outros políticos em Portugal para manter independência podemos dividir em duas áreas principais. Um problema mais urgente que o rei novo teve que resolver foi no campo militar, porque a guerra com Espanha era inevitável, então ele teve que prestar a maior parte da sua atenção aos problemas com exército e considerando a situação do país foi essencial assegurar a defesa das fronteiras

---

17 KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: NLN 2007), p. 234.

18 Idem, p. 193.

19 Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração – Vol. I. Disponível em World Wide Web:

(<https://books.google.cz/books?>

[id=WIKrsgWG91gC&pg=PA142&lpg=PA142&dq=atentado+joao+IV&source=bl&ots=g5bZTmRAGv&sig=FG4Vna1Z9IPT2pGU8WrIOfceVOo&hl=cs&sa=X&ved=0ahUKewjenPu4ttXQAhXJfxoKHaG1BwAQ6AEIVTAH#v=onepage&q=atentado&f=false](https://books.google.cz/books?id=WIKrsgWG91gC&pg=PA142&lpg=PA142&dq=atentado+joao+IV&source=bl&ots=g5bZTmRAGv&sig=FG4Vna1Z9IPT2pGU8WrIOfceVOo&hl=cs&sa=X&ved=0ahUKewjenPu4ttXQAhXJfxoKHaG1BwAQ6AEIVTAH#v=onepage&q=atentado&f=false)), p. 142. Consultado em 19.11.2016.



com Espanha. A segunda área referia-se mais à diplomacia, pois tinha potencial de ganhar também alguns vantagens militares. Neste momento Portugal estava isolado e sem perspectivas promissoras e foi necessário ganhar aliados que ajudariam não só com aceitação de Portugal como Estado independente, mas também aliados que ativamente participavam na guerra conta Espanha apoiando excército português ou ocupar os habsburgos numa outra frente. Aqui vamos concentrar-se nos acontecimentos de guerra porque problemas de diplomacia vão ser descritas em seguintes partes do trabalho.

Como já mencionamos, D. João muito rapidamente depois do golpe (em 11 de dezembro de 1640) manda formar o Conselho da Guerra e começam as preparações para embate com esforços militares de Espanha. Ele não hesita e em janeiro convoca as Cortes onde se solucionam problemas financeiros como impostos e maneiras como financiar a guerra entrante. Apesar de tentativas melhorar as condições económicas tanto as do estado como as do povo, durante todo o período da guerra os problemas financeiros permanecem assim como descontentamento da maioria dos portugueses com a situação triste dos impostos. No início do governo brigantino predominavam esperanças de melhoramento rápido mas próprio D. João estava conciente de fato que as coisas mais difíceis ainda ficaram no futuro e dedicava-se às coisas relativas ao futuro em vez de celebrações.<sup>20</sup>

Ambos países eram sem recursos financeiros suficientes e por isso nos primeiros anos da guerra as atividades militares eram limitadas e constrangidas nos encontros na fronteira. Como exemplo dum desses encontros podemos dar um não muito agressivo que ocorreu em 1642 quando espanhóis atacaram a Alcoutim e Castro Marim, cidades no sul da fronteira. Essa ação acrescentou a atividade dos esforços portugueses em preparações como recrutamento e acumulação de munição e outras necessidades.<sup>21</sup> O primeiro encontro militar significativo aconteceu em 1644 quando portugueses venceram a batalha do Montijo. Essa vitória não foi uma das grandes mas do ponto de vista psicológico foi significativa porque deu alento a todo o País. Isso foi infelizmente seguido pelo assédio de Elvas. Em anos seguintes entre 1645 e 1646 as Cortes decidiam-se por continuação da guerra esgotante e as de ano 1653 confirmaram essa decisão apesar de mudança das condições na família real. Nesse ano morreu D. Teodósio e porque D. Afonso foi o segundo filho mais velho, foi designado como herdeiro do trono português. Até a morte de

---

<sup>20</sup> KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: NLN 2007), p. 193.

<sup>21</sup> Idem, p. 195.

D. João a 8 de novembro de 1656 não ocorreram encontros militares muito significativos.<sup>22</sup>

## 2.3 Relações diplomáticas durante a Restauração

Ainda no campo internacional não era a posição de Portugal muito vantajosa, antes pelo contrário. Portugal não assumia uma posição importante entre os países europeus de ponto de vista político e a relação anterior com Espanha e os acontecimentos da época da União Ibérica complicavam-na um pouco. Naturalmente outro fator, não menos importante, era a situação financeira do país que não era otimista.

Podemos subdividir as relações diplomáticas de Portugal segundo os países que influenciavam a situação em Portugal e resumimos brevemente os acontecimentos essenciais porque vamos ocupar-se deste assunto mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Os países que mais influenciavam Portugal eram além de Espanha, os Países Baixos (Holânda), França, Inglaterra. Podemos também mencionar a relação com Estado Papal porque o poder da Igreja era grande nesta época e se o Papa tivesse reconhecido Portugal como estado independente teria ajudado significativamente o País no campo diplomático.

### 2.3.1 Inglaterra

Inglaterra era o aliado tradicional de Portugal e fosse natural que era o primeiro estado a que D. João dirigiu a sua atenção em busca de ajuda diplomática e esperançosamente militar. A Londres foi enviado o embaixador D. Antão de Almada e dois juristas, doutore Francisco de Andrade Leitão e António de Sousa de Macedo. Infelizmente Inglaterra e seu soberano Carlos I lutava contra problemas internos e isso refletia-se na extensão da aliança.<sup>23</sup> O pacto de 29 de Janeiro de 1642 incluía principalmente assuntos de comércio na África.<sup>24</sup>

Mudanças turubulentas no campo político na Inglaterra<sup>25</sup> causaram um conflito entre os portugueses e os ingleses. Dois príncipes, Rupert e Maurício, filhos de Carlos I não respeitaram as condições da sua estadia em Lisboa onde procuravam refúgio. D. João

---

22 KLÍMA, Jan. *DĚJINY PORTUGALSKA v datech* (Praha: Libri, 2007), p. 239 – 242.

23 MAGALHAES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal* (2. ed. Mem Martins: Europa-América, 1990c), p. 76.

24 KLÍMA, Jan. *DĚJINY PORTUGALSKA v datech* (Praha: Libri, 2007), p. 239.

25 Em 1642 começou em Inglaterra Guerra civil entre Carlos I e o Parlamento.

demandava preservação da neutralidade de Portugal nesse conflito interno da Inglaterra mas ações dos príncipes causaram conflito com Oliver Cromwell que foi resolvido só com tratado de paz e aliança chamado “de Westminster”<sup>26</sup> em 1654 e após alguns desacordos e mudanças de condições ratificado por D. João em 9 de junho de 1656.<sup>27</sup> Nesse ano D. João faleceu e assim as negociações sobre os tratados seguintes foram dirigidos já por D. Luísa e os seus embaixadores.

A situação depois ficava incessantemente complicada. Outras mudanças como a morte de Cromwell complicavam o trabalho de Francisco de Melo e Torres, embaixador enviado a Inglaterra em 1657. No início ele foi encarregado da confirmação do tratado de 1654 mas com mudanças em andamento seu papel mudou e por isso ele recebeu uma permissão agir segundo sua opinião. Foi impossível para D. Luísa seguir o desenvolvimento e reagir adequadamente e a tempo.<sup>28</sup>

Com a chegada de Carlos II a Inglaterra foram destruídas todas as negociações que levavam ao tratado de Whitehall, tratava-se de uma renegociação da aliança de 1654 e Portugal “recebia ainda 2500 soldados de cavalaria com os respetivos cavalos, 12 000 soldados de infantaria (a dividir entre Inglaterra, Escócia e Irlanda) e até 24 navios de guerra para sua defesa.”<sup>29</sup> Naturalmente nada disso realmente aconteceu.

Por outro lado o retorno da monarquia e de Carlos II possibilitou um tratado matrimonial entre Carlos II e D. Catarina. Isso não era fácil, porque Carlos foi ajudado pelos espanhóis entre 1656 e 1660, as relações entre Portugal e Cromwell e Protetorado e outras coisas como catolicismo de D. Catarina não ajudavam a esse objetivo mas em setembro de 1660 a situação mudou. Novo lorde de chanceler possibilitou o tratado mesmo que as condições que incluíam por exemplo dote de quatro milhões de coroas e cessão de “os portos de Tânger, Bombaim, Baçaim, Moçambique e Recife ou Rio de Janeiro”<sup>30</sup> eram fortemente discutidas e consideradas. As condições definitivas incluíam dote de “dois milhões de cruzados e a cessão de Tânger e Bombaim, além da liberdade de os ingleses residirem e comerciarem nos domínios portugueses.”<sup>31</sup> Os ingleses obrigaram-se a

---

26 KLÍMA, Jan. *DĚJINY PORTUGALSKA v datech* (Praha: Libri, 2007), p. 242.

27 MAGALHAES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal* (2. ed. Mem Martins: Europa-América, 1990c), p. 77 – 80.

28 VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p. 159 – 161.

29 Idem, p. 161.

30 Idem, p. 165.

31 MAGALHAES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal* (2. ed. Mem Martins: Europa-América, 1990c), p. 81.

“faculdade de levantar tropas em Inglaterra, obrigando-se Carlos II a não fazer a paz com a Espanha se esta não pusesse qualquer limitação ao auxílio inglês a Portugal e defender o seu território e o território dos seus domínios ultramarinos sem limite de tempo, como se tratasse do seu próprio território.”<sup>32</sup>

### 2.3.2 França

França parecia, junto com Inglaterra, como um país promissor como aliança em luta considerando sua guerra em andamento com Espanha mas enfim não atendeu as expectativas como os portugueses esperavam. A troca dos diplomatas entre os países era intensiva mas por anos não dava resultados significantes para Portugal.

Ainda em 1641 foi assinado tratado de amizade e em anos seguintes D. João tentava ganhar dessa conexão mais mas como Monique Vallance escreve no seu livro: “O problema principal entre os Franceses e os Portugueses eram as falhas de comunicação. Por qualquer razão,, Mazarino estava convencido do que D. João IV tinha mais dinheiro do que dizia. Assim, continuava a pedir fundos aos Portugueses vezes e vezes sem conta, sem resultado.”<sup>33</sup>

Negociações entre Portugal e Mazarino continuavam por anos nesse modo e sempre sem êxito. Após a morte de D. João D. Luísa não perdia esperança na possibilidade de casamento de D. Catarina com Luís XIV mas era impossível cumprir os requisitos de Mazarin, Portugal simplesmente não teve três milhões de cruzados.<sup>34</sup>

Tratado de Piréneus<sup>35</sup> entre França e Espanha causa desapontamento no lado dos portugueses assim como casamento de Luís XIV com Maria Teresa de Áustria. Em 31 de março de 1667 foi assinado um tratado de aliança com França contra Espanha mas isso aconteceu tarde demais, em nove meses a Guerra da Restauração termina.

### 2.3.3 Estado Papal

As relações diplomáticas ou na verdade a sua ausência com o Estado Papal concerniam-se sobretudo durante época do governo de D. João e para entendê-las vamos descrever brevemente seu desenvolvimento antes da regência. Vida espiritual sempre fazia

---

32 Idem, p. 82.

33 VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012) p. 141.

34 Idem, p. 143.

35 Veja capítulo 2, parte 2.7.1

parte essencial de todas as pessoas em Portugal nessa altura e por essa causa era também importante obter o reconhecimento da independência de Portugal da Santa Sé por causa da vantagem possível diplomática e também por razões práticas. Era importante porque sem reconhecimento era impossível designar novos bispos nos postos vagos. Depois da subida de D. João ao trono ele mandou D. Miguel de Portugal, bispo de Lamego a Roma mas essa missão terminou com insucesso assim como as seguintes nos anos 1645, 1648, 1661 e 1662 até ao fim da guerra com Espanha.<sup>36</sup>

Com assinatura de paz entre os dois estados da Península Ibérica a situação mudou e em janeiro de 1669 papa Clemente IX reconhece a independência de Portugal. Oficialmente é esse facto reconhecido em 1670 por Papa Clemente X.<sup>37</sup>

---

36 MAGALHAES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal* (2. ed. Mem Martins: Europa-América, 1990c), p. 90 – 91.

37 KLÍMA, Jan. *DĚJINY PORTUGALSKA v datech* (Praha: Libri, 2007), p. 248.

## 2.4 D. Luísa de Gusmão, rainha de Portugal

Existem várias opiniões sobre o papel da D. Luísa na decisão de D. João sobre a sua participação na conspiração e aceitação da posição do Rei de Portugal. Opiniões giram ao redor de interesse verdadeiro de D. João na conspiração e se não fosse só uma marioneta de D. Luísa, que ela pudesse ser pessoa mais ambiciosa na relação dos dois e se pudesse praticamente manipular o seu marido e para aceitar o reinado. Ericeira, historiador e autor do livro *História de Portugal Restaurado* escreveu, que a reação de D. Luísa a pedido de ajuda de D. João era: “Prefiro morrer reinando do que viver servindo.”<sup>38</sup> Também a reação do conde-duque de Olivares a mensagem sobre a revolta em Portugal, que ela era a “verdadeira alma da revolta”<sup>39</sup>, testemunha de possibilidade, que D. Luísa fosse a força motor na Restauração. Interpretações dos textos originais, de situações descritas nos livros desta época e de anotações de historiadores variam e por conseguintes é difícil dizer que versão seja a correta, se a versão de D. Luísa, rainha Restauradora demais ambiciosa, ou a versão de D. João IV, Rei Restaurador prudente.

Já sabemos, que D. João não foi participante ativo na revolta no dia 1º de dezembro de 1640 e naturalmente nem D. Luísa não estava presente em Lisboa. Quando chegou a Vila Viçosa a mensagem sobre a aclamação de D. João o Rei de Portugal, ela não acompanhou seu marido na viagem a Lisboa, mas ficou na Vila Viçosa para organizar as preparações para mudança da família real e da corte ao Paço da Ribeira. A família acompanhada por marquês de Ferreira e o conde do Vimioso partiu de Vila Viçosa só a 21 de dezembro e chegaram a Lisboa na noite de Natal.

Com a chegada do Rei e da família real ao paço de Ribeira começou a formar-se a corte real. Funções na corte não eram só um meio como ganhar prestígio, mas também como ganhar poder e para o Rei foi um instrumento como se circundar com nobres e pessoas, que lhe pudessem ajudar com o reinado. D. João também usou as posições para gratificar os participantes da conspiração.

De seguintes citações do livro *Vida Privada dos Bragança* podemos imaginar a importância da corte real: “Lisboa era a sede do poder onde estava o governo do Reino e,

---

38 ERICEIRA, 3o Conde da, 1632-1690. *História de Portugal Restaurado Tomo I*. (Lisboa : na Officina de João Galraõ, 1679-1698) Disponível em World Wibe Web: ([http://purl.pt/22311/4/hg-1968-a/hg-1968-a\\_item4/hg-1968-a\\_PDF/hg-1968-a\\_PDF\\_24-C-R0150/hg-1968-a\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/22311/4/hg-1968-a/hg-1968-a_item4/hg-1968-a_PDF/hg-1968-a_PDF_24-C-R0150/hg-1968-a_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf)), consultado em 20.11.2017.

39 RAPOSO, Hipólito. *Dona Lvisia de Gvsmao: dvqvesa e rainha, 1613-1666*. (Lisboa, Empr. Nac. de Publicidade, 1947), p. 194.

consequentemente, para onde afluiria a elite nobiliárquica que procurava colocar-se ao serviço da Coroa. Com efeito, a proximidade com as figuras régias permitia adquirir influência, estatuto, honra e, consequentemente, poder, daí que ter um cargo na Casa Real fosse de tanta importância. Consolidar uma ligação à corte era, pois, substancial para conseguir colocar o maior número de familiares ao serviço da família real.”<sup>40</sup> ... “O palácio era a casa da família real. Nele as crianças nasciam, cresciam, tinham aulas; nele os reis organizavam festas, recebiam embaixadores estrangeiros. Mas a vida no palácio ultrapassava a esfera íntima, familiar. O palácio era o palco de poder por excelência, onde os cortesãos mostravam a todos os outros qual o lugar que ocupavam na meticulosa sociedade de corte.”<sup>41</sup>

#### **2.4.1 Casa das rainhas**

Em Portugal havia um outro instrumento semelhante a Casa Real, chamava-se Casa das Rainhas e como o nome indica, pertencia exclusivamente as rainhas portuguesas. Durante a União Ibérica não havia nenhuma rainha em Portugal e a corte mais importante foi a corte espanhola e por isso a instituição não funcionava mas logo depois da sua chegada a Lisboa, D. João restabeleceu a Casa das rainhas e isto ajudou-o resolver alguns problemas e assuntos de reinado.

As rendas das terras pertencentes a casa serviam para necessidades pessoais de D. Luísa e da sua família e assim era fonte independente do tesouro nacional, o restabelecimento fortaleceu a posição de D. Luísa como a rainha de Portugal e através os mercês foram premiados outros nobres pela sua lealdade a família de Bragança.

### **2.5 Morte de D. João e o problema com D. Afonso**

Em 1656 a família real junto com tudo Portugal foi atingida por outra catástrofe. D. João adoeceu. Os médicos e cirurgiões tentavam salvar o Rei e aplicavam-lhe sangrias e outros processos disponíveis nesta época mas sem êxito. D. João teve um tipo de doença ou problema renal e por alguns dias teve que ficar de cama, não foi capaz de urinar. O seu estado foi grave e D. João sabia disso e redigiu o seu testamento num dia quando um pouco melhorou. Apesar de ter conta dele durante a sua doença, D. Luísa não esteve presente no quarto do seu marido quando ele faleceu, a 6 de novembro de 1656. Foi o seu confessor

---

40 PEREIRA, Ana Cristina. *Vida privada dos Bragança* (Lisboa: A Esfera dos Livros 2011), p. 20.

41 Idem, p. 21.

que lhe deu a notícia.<sup>42</sup>

Neste momento Portugal não estava nem de longe bastante estável e o herdeiro do trono, D. Afonso, não foi pronto para reinar. Opiniões e descrições dos seus problemas físicos e mentais diferenciam-se mas para obter uma idéia vamos apresentar algumas delas:

“Um dos incidentes relatados pelo conde de Ericeira ocorreu em 1657, após a morte de D. João IV. Segundo o autor, o jovem rei foi visto a atirar pedras às janelas do palácio, acompanhado por um grupo de «muito humildes crianças da população». Ericeira apresenta este caso como um exemplo dos «disparates» de que D. Afonso tinha de ser curado, por medo de que D. Pedro pudesse seguir-lhe o exemplo. Encontra-se uma resposta a essa acusação em *Catastrophe de Portugal*, uma biografia mais favorável a D. Afonso, na qual o autor, Fernando Correia de Lacerda, afirma que D. Afonso gostava de brincar a um jogo com pedras, mas que o fazia sempre durante a sesta, quando tinha tempo livre. Prossegue explicando que esse passatempo era «comum entre o povo português». Fosse o seu passatempo um «disparate» ou não, no máximo o que prova é imaturidade e não uma verdadeira deficiência mental.”<sup>43</sup>

Em outro parágrafo a autora descreve outra fonte:

“Uma fonte, que podemos considerar imparcial é o abade Vertot. Na sua descrição de D. Afonso, refere-se a ele como uma pessoa de «temperamento caprichoso e melancólico, que perdera toda a mobilidade de um dos lados». Na Inglaterra do século XVII, ser-se «caprichoso» e «melancólico» significava, na maior parte dos casos, «ter mau feitio»; embora «melancólico» pudesse também significar «triste» ou «depressivo», como acontece em inglês moderno.”<sup>44</sup>

Afinal a autora resume as condições de D. Afonso descritas numa outra publicação mais moderna:

“Em geral, não se esperava muito de D. Afonso. Depois, quase de um momento para o outro, foi catapultado do seu estatuto de quase criança para a posição de herdeiro do trono, e depois para soberano, tudo no espaço de três anos. Não «e de admirar que, ao ser confrontado com as responsabilidades do governo, não tenha hesitado em deixar esse fardo nas mãos da mão, enquanto prosseguia com as suas atividades de menino. Para além disso, tinha de estar à altura da imagem do irmão mais velho, D. Teodósio.”<sup>45</sup>

---

42 VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p. 107.

43 Idem, p. 112.

44 Idem, p. 112 – 113.

45 Idem, p.113.



D. João resolveu este problema do herdeiro ainda inadequado no testamento onde designou a sua esposa regente do País apesar de fato que na situação normal o jovem herdeiro assumisse o trono em poucos meses quando tornasse quinze anos. Assim D. Luísa não pôde somente se retirar e estar de luto pelo marido falecido. A guerra até este momento ocorria nas fronteiras mas foi claro que a morte de D. João estimulasse os espanhóis e também enfraquecesse Portugal. Foi necessário ganhar controlo e continuar no esforço de D. João.<sup>46</sup>

Assim D. Afonso tornou se um problema que a rainha regente devia resolver. Era a questão de estado físico e também mental de D. Afonso. Os seus problemas graves de saúde remontam já à sua infância. Em 1647, na idade de três anos, ele adoeceu de febre e o seu estado era bastante grave. Segundo os médicos presentes não havia muitas esperanças de sobrevivência mas ele superou a doença ainda que tivesse consequências sérias como paralisia e potencialmente já algum defeito mental. Nos anos seguintes a família tentava melhorar a sua condição física e ele submetia-se aos vários procedimentos recomendados pelos médicos, por exemplo tomava banhos nas Caldas da Rainha.<sup>47</sup>

Isto não foi o único problema de que D. Afonso sofria. Também os seus comportamentos irrazoáveis possivelmente contribuíram senão diretamente levaram ao estado infeliz da impotência. Podemos mencionar episódios da sua vida, quando tentava dar uma volta de cavalo e assim um dia pôs a sua saúde em perigo porque com a sua deficiência não foi capaz manter na sela, caiu e feriu-se. A sua impotência poderia ser causada pelo ferimento numa das suas escaramuças quando foi ferido pela espada.<sup>48</sup> Neste momento crítico da história alguns ministros puseram em dúvida o estado mental dele: “Ericeira escreve que eles queriam que as capacidades mentais de D. Afonso fossem avaliadas, para saber se seria capaz de reinar.”<sup>49</sup> D. Luísa naturalmente não pôde melhorar as suas capacidades psíquicas no momento da morte de D. João, mas para salvar o País já bastante instável ela preveniu a crise possível com coroação de D. Afonso. Assim ninguém pôde pôr em dúvida o seu direito de trono. Porém ao mesmo tempo ela obteve a regência “até uma altura indeterminada no futuro, quando D. Afonso quisesse e tivesse capacidade para assumir as rédeas do governo.”<sup>50</sup>

---

46 Idem, p. 114.

47 Cidade portuguesa onde ficam águas termais.

48 VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p. 187.

49 Idem, p. 117.

50 Idem, p. 118.

Formalmente o novo rei foi instalado e possibilidades de algum tipo de protesto contra rei jovem foram reduzidas. Com este passo de coroação D. Luísa e D. Afonso ganharam tempo e um pouco de estabilidade em Portugal num outro momento crítico.

Durante a sua vida D. Afonso estabeleceu algumas amizades que não ajudavam à imagem que rei deveria exhibir. No início da regência ele encontrou irmãos Conti que eram filhos duma família italiana. Um dos irmãos, António de Conti, “tornou-se um dos mais íntimos amigos do rei.”<sup>51</sup> Eles brincaram juntos e assim D. Afonso estava numa companhia não muito adequada à sua posição. D. Luísa naturalmente não gostou desse desenvolvimento e o Conti foi proibido entrar no palácio mas D. Afonso era teimoso e saiu de todas as suas tentativas como vencedor, ninguém poderia mudar sua opinião nem seu comportamento, nem a sua mãe. Enfim essa proibição foi cancelada porque o rei não comia. A amizade imprópria então teve oportunidade para permanecer mais alguns anos e os incidentes inapropriados intensificavam. Tudo isso prejudicava a imagem de D. Afonso como o rei de Portugal, porque nessa altura cerimonia e rituais na corte eram considerados importantes e com seu comportamento descontrolado D. Afonso não representava um soberano adequado.<sup>52</sup> Passo a passo o Conti ficava mais e mais influente e mais íntimo amigo de D. Afonso. Uma das coisas obtidas foi um apartamento nas proximidades de D. Afonso e isso foi o ponto quando sua mãe perdi muita influência sob o seu filho. D. Afonso foi sob controle de António de Conti. Apesar de muitas tentativas de incluir herdeiro do trono na direção do estado, rei jovem não levava esse seu dever a sério.

## 2.6 Situação em Portugal

Após a sua morte D. João deixou Portugal na posição complicada e já poucos dias depois de fim de luto a rainha regente teve que fazer decisões importantes. Na corte havia tensões tanto entre gerações de nobres como entre várias famílias. E todos estiveram interessados no poder que a mudança no trono de Portugal poderia possibilitar. D. Luísa afastou um conflito possível entre ela e um dos candidatos na posição de condestável.

Foi um posto que propiciava grande poder dado que condestável funcionava como assistente do rei ou neste caso da regente. Podemos imaginar que foi importante manter um equilíbrio na situação difícil e D. Luísa teve que escolher com cuidado.<sup>53</sup>

---

51 Idem, p. 182.

52 Idem, p. 181 - 184.

53 Portugal, Dicionário histórico: Condestável. Disponível em World Wide Web: (<http://www.arqnet.pt/dicionario/condestavel.html>), consultado em 27.11.2016.

O primeiro candidato óbvio era o duque de Cadaval, homem muito poderoso em Portugal e o segundo candidato era o conde de Odemira, membro da família real. Se a rainha regente tivesse escolhido um deles, o outro teria se sentido ofendido e isto teria criado mais um outro problema no país. Para evitar o problema com um dos candidatos, ela designou seu filho D. Pedro nesta posição. Nem um só dos candidatos originais pôde discordar ou protestar contra esta decisão.<sup>54</sup>

Podemos também mencionar tensão entre dois facções de nobres que naturalmente nasceram na corte portuguesa. A primeira facção consistia dos «nobres velhos», pessoas que participavam na conspiração original em dezembro de 1640, nobreza que apoiava a Restauração desde o seu início. Mas já eram velhos e progressivamente os jovens nobres interessavam-se na situação política e nas posições que pudessem ocupar. Durante o reinado de D. João não representavam nenhuma ameaça mas após a sua morte os nobres do «partido novo» viram a sua chance para obter mercês e postos importantes e a rainha regente tinha que habilmente manter o equilíbrio frágil para que a situação não complicasse ainda mais.<sup>55</sup>

Questão de finanças e de económica portuguesa foi também complicada. Já a situação de Portugal imediatamente depois da revolta não foi ótima e durante a Guerra da Restauração Portugal teve que pagar soldados e outras expensas bélicas. O tesouro estava então sempre quase vazio apesar de que alguns países tivessem impressão que Portugal era bastante rico e com recursos suficientes.

---

54 VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p.117.

55 Idem, p. 114-115.

## 2.7 Regência

Temos que indicar, que a regência após a morte de D. João não foi a primeira regência de D. Luisa. Ela já havia tido a experiência como regente do reino do período de ausência de D. João, quando ele foi a apoiar os soldados na frente e deixou Portugal nas mãos da sua esposa. Mas este período não foi longo nem muito importante na história, então vamos nos concentrar na regência após a morte de D. João.

Neste momento chegamos ao ponto quando D. Luísa assumiu o governo em Portugal. Para os espanhóis a morte de D. João foi uma virada muito encorajadora. Na situação dada quando o país está nas mãos de uma mulher e herdeiro do trono é em estado mental duvidoso, Portugal parecia e também estava bastante enfraquecido o que naturalmente estimulou as atividades militares da Castela para aproveitar da situação favorável.<sup>56</sup>

Desde o início da segunda regência de D. Luísa a sua posição era bem desvantajosa. A primeira razão era seu sexo. Nessa altura as mulheres não eram consideradas pessoas apropriadas para o trono, essa posição era reservada principalmente e podemos dizer quase exclusivamente aos homens e só em alguns casos incomuns tinham uma oportunidade governar por um tempo prolongado. O papel tradicional limitava-se a funcionamento da casa, assecuração da descendência e educação das crianças mas o último se referia sobretudo às meninas. A segunda razão era sua nacionalidade original. Como uma espanhola era suspeita mais do que seria uma portuguesa. Da história sabemos que essa combinação poderia ser uma fonte de problemas e não devemos buscar um exemplo por muito tempo. Casamentos entre famílias nobres sempre ocorreram e a sua função era fortalecer a influência ou significado das famílias ou ganhar outros bens, mas isso também possibilitava o aumento do poder e da influência sobretudo do lado espanhol como aconteceu em 1580 quando os habsburgos espanhóis subiram ao trono português. Outra desvantagem resultava da situação infeliz, que tornou D. Afonso herdeiro do trono. Se D. Teodósio não tivesse falecido a situação estaria mais favorável do ponto de vista estabilidade do país. Não sabemos como ele governaria mas ele era preparado para essa função desde sua infância e era visto como “príncipe perfeito”. Por outro lado ficava D. Afonso, físico e talvez mentalmente deficiente, sem preparação adequada, sem interesse

---

<sup>56</sup> VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p. 110.

sério no governo, simplesmente manipulado e rodeado de pessoas inadequadas que seguiam em grande parte seus próprios objetivos.

A posição da rainha regente era então bastante difícil e ela estava ciente dessa situação delicada que tinha que solucionar com grande cautela. Testamento e os desejos de D. João antes da sua morte em certo modo ajudaram D. Luísa, porque desses resultava que o soberano tinha confiança absoluta na sua esposa e cunfiou-lhe tanto o governo, como supervisão da educação das crianças, a de D. Afonso incluindo. Porém com essas responsabilidades pertenciam também grandes problemas, riscos e perigos possíveis. Estratégia de D. Luísa podemos caracterizar com palavra prudente. Como já descrevemos, inteligentemente resolvi o conflito possível entre duque de Cadaval e conde de Odemira com designação de D. Pedro na posição de condestável, outro passo semelhante ainda não mencionámos. Tratava-se de situação política existente na corte também depois da morte de D. João, D. Luísa não poderia permitir continuação de hostilidade entre os quatro ministros, que tinha a disposição, nomeadamente entre “os condes de Odemira e Cananhede e os segretários Gaspar de Faria Severim e Pedro Vieira da Silva.”<sup>57</sup> Para unir inimigos ela formou Junta Nocturna<sup>58</sup> cujo objetivo era solucionar problemas mais importantes do Estado. Os membros da junta tomavam decisões através de votação e D. Luísa era incluída somente nos casos indecisos ou mais urgentes. Assim a rainha regente perdeu um pouco do seu poder como governante mas ganhou mais estabilidade e resolveu mais problemas. Entre os membros não eram só os quatro ministros mas também nobres que pertenciam às frações de nobres velhos e de nobres jovens e assim eles todos eram obrigados a procurar soluções que davam jeito a todos e o Estado e ao mesmo tempo estavam contentes porque nas suas posições estavam no poder e não tinham razão para se queixar ou mesmo se rebelar contra a rainha regente.<sup>59</sup>

Um dos assuntos mais problemáticos tornou-se a direção e a educação de D. Afonso. Nesse papel a rainha regente encontrava provavelmente mais obstáculos dos todos os campos problemáticos porque o seu filho não manifestava muito interesse na cooperação com D. Luísa nem com os ministros e conselhos e dirigia-se sobretudo aos seus amigos, como eram os irmãos Conti e depois o Castelo Melhor. Como já sabemos seu comportamento tornava-se cada vez mais descontrolado e as tentativas mudar essa corrente

---

57 Idem, p. 123.

58 Seu nome origina-se do tempo quando se os membros reuniam.

59 VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p. 124.

de acontecimentos não eram bem sucedidas. Isso e também a possibilidade de impotência do rei eram provavelmente as razões que incitaram D. Luísa a tomar medidas de precaução e preparar D. Pedro para a função do governante de Portugal.

A última área maior da vida da regente política era a diplomacia cuja importância foi reconhecida já por D. João no início da Guerra de Restauração. O isolamento de Portugal no campo internacional complicava a situação já bastante difícil. D. João estava consciente dessa deficiência e imediatamente tentava obter reconhecimento de Portugal como estado independente de Espanha e também esforçava-se em ganhar aliados entre os países europeus. D. Luísa retomou essa tendência.

### **2.7.1 Progresso da guerra com Espanha durante a regência**

Em 1657 unidades espanholas ocupavam Olivença e como contrapasso os portugueses tentaram tomar Badajoz em 1658, mas isso não se tornou uma ação de sucesso e em outubro do mesmo ano os portugueses estavam assediados em Elvas. Esse assédio foi vencido em 1659 quando o exército português foi reforçado pelas tropas de Estremoz e juntos derrotaram os espanhóis.<sup>60</sup> Os portugueses até capturaram aproximadamente 5000 soldados espanhóis.<sup>61</sup> Desgraçadamente essa vitória não foi razão suficiente para espanhóis renunciarem à guerra, antes pelo contrário. Nos últimos anos livraram-se da maioria das suas obrigações militares e em 1659 foi assinado um acordo de paz chamado Tratado dos Piréneus. Esse acordo entre Espanha e França pôs termo a guerra que demorava vinte e quatro anos e ocupava muitas das forças militares espanholas o que era vantajoso para os portugueses; agora essas tropas puderam estar usadas contra Portugal. Além disso Portugal foi mencionado numa parte secreta do acordo quando França estava de acordo com restabelecimento das condições na península ibérica antes da revolução.<sup>62</sup> O exército português porém ganhou como mestre-de-campo-general Friedrich Hermann von Schonberg, em Portugal chamado Frederico Armando de Schomberg.<sup>63</sup> Esse prusso liderava os exércitos francês durante a guerra com Espanha e começou grandes mudanças também no exército português. Sob o seu comando o exército tornou-se mais organizado e eficiente e apesar de espanhóis foram capazes de penetrar Portugal em 1662, os portugueses rebateram a ofensiva e derrotaram o exército espanhol. Os acontecimentos

60 KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: NLN 2007), p. 197 - 198.

61 DISNEY, A.R. *A history of Portugal and the Portuguese empire* (New York: Cambridge University Press, 2009), p. 228.

62 KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: NLN 2007), p. 198.

63 Wikipédia, a enciclopédia livre: Armando Frederico. Disponível em World Wide Web ([https://pt.wikipedia.org/wiki/Armando\\_Frederico](https://pt.wikipedia.org/wiki/Armando_Frederico)), consultado em 1.11.2016.

seguintes vamos descrever no último capítulo 2.10 deste trabalho; em 26 de julho de 1662 D. Afonso tomou dianteira de governo em Portugal e D. Luísa foi forçada a ceder o poder ao rei legítimo.<sup>64</sup>

## 2.8 Últimos anos e fim da regência

Podemos imaginar que não era fácil controlar comportamento dum jovem rei nem na sua infância e isso não melhorava com sua passagem a idade adulta. Problemas com D. Afonso continuavam e cresciam com ele. Sua amizade com o Conti continuava e junto com comportamento impróprio de D. Afonso tornava muitos dos nobres na corte descontentes com a situação. Eles temiam perda de controle total quando ele era deixado a governar sozinho sem supervisão de D. Luísa, que já considerava possibilidade de abandono do governo. Do ponto de vista dos ministros e outros participantes na vida política do estado foi necessário remover a influência má fora do alcance de D. Afonso. Em prática isso significava que a intenção deles era despachamento dos irmãos Conti e outras pessoas inconvenientes ao Brasil. Esse plano foi concebido sem D. Luísa mas ela sabia dele e por causa de realização complicada teve a sua parte nela. Era quase impossível encontrar António de Conti sem a presença do rei então a rainha regente ocupava D. Afonso por algum tempo e o plano foi executado durante esse tempo. Ao final o rei foi informado sobre o descontentamento dos ministros e outras pessoas envolvidas e sobre a expulsão dos seus amigos mais próximos o que naturalmente o enraiveceu. Os motivos dos participantes nessa ação provavelmente não eram exclusivamente os bens do estado, podemos imaginar que o círculo das pessoas ao redor de D. Afonso representava uma ameaça às suas posições próprias e nessa intervenção viram solução desse problema. Infelizmente outra pessoa aproveitou da oportunidade que surgiu. Era D. Luís de Vasconcelos e Sousa, 3.º conde de Castelo Melhor. Esse nobre jovem, como muitos outros, estava interessado nas vantagens resultando de amizade com o rei. Rapidamente avaliou a situação e tomou a posição vacante depois de António de Conti com todos os seus benefícios e possibilidades.<sup>65</sup>

Apesar de facto que de ponto de vista de quase todos D. Afonso já não dava nenhuma impressão dum governador adequado, segundo D. Luísa não seria conveniente

---

64 KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: NLN 2007), p. 198 - 199.

65 VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p. 197 - 200.

mudar a figura à testa do País tão poucos anos depois da morte de D. João, então ela tomou medidas para preservar D. Afonso no trono como Rei de Portugal. Do seu ponto de vista não seja útil substituir D. Afonso com D. Pedro porque a dinastia era somente no seu início e intervenções no ordem tradicional da sucessão hereditária poderiam causar mais problemas do que D. Afonso no trono com toda a poder nas suas mãos.<sup>66</sup>

Em oposição a esse passo, ou mesmo por isso juntamente com outras razões como era a impotência possível de D. Afonso, ela começou tomar outras medidas que asseguraram continuação da dinastia brigantina no trono português depois da sua saída da vida política e da corte. Nesse momento ela já não estava tão suportada e respeitada como tinha estado no início da regência e após a morte de Odemira em 1661 a situação e a posição da rainha regente em Portugal ainda piorou. Essas medidas relativas a herança do trono compunham-se de declaração de D. Pedro o herdeiro do trono. Isso foi uma coisa incomum e poderia significar que mesma D. Luísa tive dúvidas sérias sobre capacidade de D. Afonso ter descendentes. Com isso era ligado sua outra decisão, isto é a doação duma casa a D. Duarte onde ela pessoalmente escolheu os membros da casa, provavelmente com intenção que eles ajudariam D. Pedro no caso que ele subia ao trono.<sup>67</sup>

Ponto da mudança foi uma quartelada em 26 de junho de 1662. Nesse dia D. Luisa finalmente perdeu poder sobre o seu filho, ela foi privada da regência e D. Afonso foi instalado ao trono. Essa quartela foi organizada pelo grupo dos fidalgos com Luís de Vasconcelos e Sousa, 3.º conde Castelo Melhor à testa mas não foi o único que aproveitou dessa mudança. Com ele outros dois ganharam privilégios; eram Sebastião César de Meneses e Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia.<sup>68</sup>

## 2.9 Vida da rainha depois

O ano seguinte após o golpe a rainha passou no Palácio – Paço da Ribeira. Isso podemos considerar inesperado porque no dia 26 de julho ela perdeu todo o poder político que tinha durante a regência e apesar de estar presente às reuniões ela já não podia fazer nada. Explicação podemos encontrar no texto seguinte das memórias de Ladu Anne Fanshawe: “Descreveu D. Luísa como «uma mulher sábia e muito ilustre, e creio que tinha

---

66 Idem, p. 187.

67 VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p. 195 - 196.

68 KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: NLN 2007), p. 199.



sido muito bonita. Era magnífica no seu discurso e natureza, mas da maneira mais prudente. Era ambiciosa mas não vã. Adorava o governo e acredito que renunciar a ele encurtou a sua vida».<sup>69</sup> Mas com golpe o processo de eliminação de D. Luísa não terminou, isso foi só um primeiro passo. Ela já não teve poder política significativa mas da posição da mãe de D. Afonso poderia influenciar suas opiniões e decisões. Desse ponto de vista ainda ameaçava a posição do Castelo Melhor e ele prosseguia nas tentativas de remover a rainha da alcance. Como podemos ver nesse parágrafo: “A campanha contra a rainha foi dura. Atiraram pedras ao seu oratório, partiram os vidros das janelas dos seus aposentos e à noite eram gritados insultos para ela ouvir.”<sup>70</sup>

Outro motivo para mudar do palácio foi perda de amigos e pessoas conhecidas nas cercanias de D. Afonso e na corte. Pessoas incómodas e que não apoiavam D. Afonso foram passo a passo empurradas da proximidade do Rei e em alguns casos foram diretamente instruídas a não se aproximarem à corte. Isso causou um tipo de isolamento para D. Luísa porque já não tinha nenhum apoio e nenhuns amigos na sua proximidade. Rainha começou procurar algum lugar que convinha as suas necessidades.<sup>71</sup>

Num ponto desse processo a situação quase tornou, isso aconteceu quando D. Afonso caiu dum cavalo outra vez e o seu estado de saúde não foi ótimo, Monique Vallance descreve uma cena entre D. Luísa e ele: “D. Luísa foi visitar o filho, no seu leito de doente, e le mostrou-se muito amável para com ela. Pediu-lhe mesmo que ficasse lá, para ouvir os seus músicos. D. Luísa tentou escusar-se, pois, no seu luto por D. João IV, jurara ouvir apenas música sacra. Mas D. Afonso não aceitou a recusa; abraçou-se à mãe e chorou-lhe no ombro até ela aceder a ficar. Tratou-se talvez de uma tentativa de reconciliação ou de remorso pelos seus atos.”<sup>72</sup> Infelizmente essa aproximação de filho com sua mãe foi vista como uma ameaça e D. Luísa recebeu apelação para se retirar do palácio. Construção do convento no Grilo aonde planejava transferir-se ainda não terminou então ela escolheu uma das casas na sua propriedade. Partiu em 17 de março de 1663 e até sua casa nova foi acompanhada por seus filhos e também pelo todo o cortejo. Na casa se despedia com D. Afonso e D. Pedro e tudo passou com certa frieza o que foi inesperado porque sua relação com D. Pedro estava sempre calorosa. Pode ser explicado assim: “Com

---

69 VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão* (Lisboa: Círculo de Leitores 2012), p. 206.

70 Idem, p. 208.

71 Idem, p. 209.

72 Idem, p. 210.

toda a probabilidade, o infante procurava proteger-se de D. Afonso. Se se mostrasse demasiado afetuoso para com a mãe, podia também ele ser expulso do palácio.”<sup>73</sup> O resto da sua vida passou na casa e depois no convento construído por essa causa no Grilo.

### **2.9.1 A sua morte**

Nos seus últimos meses e dias na quinta do Grilo D. Luísa sofria duma doença. “Os médicos da época referiam-se à sua doença como «opilação a originar a hidropisia». Raposo decreve-a em termos mais modernos, dizendo que se tratava muito provavelmente de um problema renal que degenerou em nefrite.”<sup>74</sup> Os sintomas eram “úlceras num braço, numa mão e num pé.”<sup>75</sup> Os seus doutores tentavam sangrias habituais mas sem resultado positivo. A 25 de fevereiro de 1666 a sua condição piorou e ela sofreu por falta de ar e foi necessário que ficasse na cama. Francisco Morato, seu doutor confirmou que o seu estado era grave e começaram as preparações necessárias. O secretário de Estado foi informado sobre sua condição e seu confessor apresentá-la a situação. Assim como seu marido ela teve oportunidade exprimir seus desejos e organizar todas coisas necessárias antes da sua morte. Tratava-se de cartas designadas aos seus filhos, e testamento que compreendia em grande parte a distribuição dos seus bens imobiliários e financeiros, recompensas para os nobres e instruções sobre o enterramento e missas celebradas por sua alma.<sup>76</sup>

As novidades más chegaram a D. Afonso e D. Pedro a 26 de fevereiro. O mais jovem quis partir imediatamente para despedir-se com a sua mãe mas não obteve permissão do seu irmão. Apesar dessa demora incompreensível eles conseguiram chegar a tempo quando D. Luísa ainda estava viva, mas já em estado sério. D. Luísa foi enterrada a noite seguinte e seus desejos do testamento foram respeitados.<sup>77</sup>

## **2.10 Últimos anos da Guerra da Restauração**

Apesar de que neste trabalho prioritariamente nos dedicamos a personagem de D. Luísa, para fechar completamente este tópico da época tensa, vamos em breve adicionar algumas informações sobre o desenvolvimento da situação em Portugal já após do fim da sua regência e da morte da rainha em 1666.

---

73 Idem, p. 211 - 212.

74 Idem, p. 212.

75 Idem, p. 212.

76 Idem, p. 213 - 214.

77 Idem, p. 216 - 217.

### **2.10.1 A situação na corte**

Depois da quartelada em 26 de junho de 1662 foi D. Afonso formalmente assumiu as rédeas do governo mas realmente o estado foi dirigido por um trio de nobres que se tornaram amigos íntimos de D. Afonso, já falámos deles, eram Luís de Vasconcelos e Sousa, 3.º conde de Castelo Melhor, Sebastião César de Meneses e Jerónimo de Ataíde, conde de Atouguia. Esses três homens eram os mais poderosos na corte portuguesa depois da quartelada o que foi provavelmente da maior parte iniciada ou pelo menos incentivada pelo Castelo Melhor, que tinha mais influência sob D. Afonso. Remoção de D. Luísa seguiu após a partida não anunciada de D. Afonso e conde de Castelo Melhor aos jardins de Alcântara e cartas de D. Afonso à sua mão e ao seu irmão informando lhes da sua intenção de assumir completamente o poder. D. Luísa ficava por um ano em proximidade dos seus filhos mas em 1633 finalmente se retirou e partiu para o Grilo.

Depois da sua retirada o Castelo Melhor tinha um pouco de poder e influência sob D. Afonso a mais. Tornou-se governante factual de Estado e so a sua supervisão D. Afonso casou com D. Maria Francisca de Saboia. Mas seu governo não funcionava por tempo longo. Suas iniciativas e decisões não eram bem aceites pela nobreza que pertencia a D. Pedro e por ele mesmo. D. Afonso foi forçado a abdicar em 23 de novembro de 1667 a favor de D. Pedro, que assumiu o governo como regente e assim a Guerra da Restauração foi terminada sob o seu governo.

### **2.10.2 Progresso e fim da guerra com Espanha**

Como já foi escrito, sob o comando de Friedrich von Schomberg e também outros comandantes capazes<sup>78</sup> a situação do exército português melhorava e isso foi visto nos resultados das batalhas. Às vitórias contribuía também a participação das tropas inglesas acordada em 1661. Entre as batalhas maiores foram a batalha do Ameixal a julho de 1663 quando o exército espanhol foi superado grandiosamente e depois anos a situação começou virar-se a favor de Portugal. Os espanhóis com Juan de Áustria à frente continuavam com a guerra. Outro embate ocorreu em ano seguinte quando portugueses atacaram Castelo Rodrigo e também venceram. A última batalha maior deu-se em Montes Claros e a derrota do exército espanhol em 17 de junho de 1665 foi grande. Os espanhóis estavam bastante exaustos e a guerra já continuava sem maiores encontros.

---

<sup>78</sup> Entre os outros comandantes eram Conde de Vila Flor, Pedro Jacques de Magalhães, Marquês de Marialva, António Avelar Pessoa e outros.

Finalmente depois vinte e oito anos do conflito militar foi assinado um acordo que põe fim a guerra entre Espanhol e Portugal. Em 5 de janeiro de 1668 foi assinado tratado chamado «de Lisboa», a 13 de fevereiro foi ratificado em Lisboa, e Portugal foi reconhecido pela Espanha como estado independente e a história dos dois estados da Península Ibérica já desenvolvia-se separadamente.<sup>79</sup>

---

79 KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: NLN 2007), p.201-202.

### **3 Resumo do papel de D. Luísa na Restauração e independência de Portugal**

Como primeiro ponto da influência de D. Luísa na situação em Portugal podemos considerar o momento presumível, quando D. João considerava sua participação na conspiração de 1640. Infelizmente não sabemos com certeza absoluta se D. Luísa esteve envolvida ou não mas achamos possível que ela foi incluída nas pessoas que D. João consultou antes de se decidir.

Na política interna de Portugal podemos destacar mais de uma área onde D. Luísa tinha que manobrar. Podemos nomear problemas financeiros do estado, conflitos na corte portuguesa e naturalmente a guerra com Espanha em curso.

Crise económica era um problema presente por todo o período. Isso complicava a posição de Portugal em todas maneiras possíveis porque capital suficiente era necessário para guerra com Espanha, para sustentar equilíbrio na corte entre facções várias, para sustentar todo o país estável e também para manutenção das relações amigáveis internacionais. Geralmente podemos dizer, que em todas essas áreas a deficiência financeira debilitava Portugal e também sua rainha em várias maneiras. Por exemplo tentativas de arranjar casamento dos seus filhos e principalmente de D. Catarina poderiam estar mais bem-sucedidas com capital não tão restrito. Isso era mais complicado por causa da impressão de prosperidade que Portugal causava. Como já mencionámos, as negociações com França não tiveram êxito porque a França expectava mais e Portugal não podia oferecer mais. Na política interna D. Luísa não dava a impressão de uma governadora arrogante. Com decisões táticas arranjou equilíbrio frágil entre várias opiniões, gerações e facções e ela mesma ficava mais no fundo. Achamos que isso foi uma contribuição importante para estabilidade de Portugal.

No campo da família real era sua posição mais forte. Apesar de ser mulher, e mulheres participavam mais na educação de mulheres, durante regência ela influenciava a educação de D. Afonso e também do seu irmão. No caso de D. Afonso não saiu tudo bem e o herdeiro de trono tornou-se uma catástrofe possível. Porém as decisões tomadas no fim da regência por rainha regente asseguraram continuação da dinastia brigantina e por isso o País não foi lançado em caos de novo.

## Conclusão

Podemos considerar época entre anos 1640 e 1668 como interessante e cheia de acontecimentos complicados prevalentemente no campo político. País consideravelmente menor se com sucesso separou do predomínio do país vizinho mais grande e mais poderoso. Isso indica capacidade dos líderes de Portugal utilizar a vantagem da situação em 1640 e em anos seguintes e entre essas pessoas podemos contar também D. Luísa. Mulher que desde seu nascimento era educada para ser boa esposa, mãe e dona de casa teve que se tornar primeiramente rainha e pois a pessoa responsável por funcionamento dum estado, que até não foi o seu país natal, e por continuação da sua dinastia nova sob condições pelo menos desfavoráveis.

Rainha regente teve que lutar em várias frentes. O inimigo óbvio era Espanha e suas tentativas manter Portugal sob o seu predomínio, mas dentro de Portugal mesmo ela teve que combater muitas complicações e com cuidado navegar em mar de campo político nacional e internacional, campo de guerra e também família, para ter êxito e vencer nas todas as frentes. Apesar todos obstáculos rapidamente após a morte do seu marido ela assumiu o papel da cabeça de Portugal e retomou governo do país no meio da guerra de restauração e em ponto quando a situação financeira foi triste.

O tema da vida de D. Luísa consideramos interessante mas as fontes que tratavam desse tópico não são vastos e algumas fontes não podemos considerar completamente confiáveis<sup>80</sup> o que complica completação da imagem da D. Luísa. Não obstante dos acontecimentos descritos, seu comportamento e decisões tomadas durante a sua vida e principalmente durante a regência podemos inferir que D. Luísa não foi uma mulher frágil e ordinária, mas engenhosa, prática e hábil nos assuntos do governo e apesar de ter de superar muitas desvantagens e perigos ocultos, medidas tomadas por ela podemos considerar bem-sucedidas. Uma das coisas, que provavelmente não passou completamente segundo suas intenções e seus desejos era D. Afonso. Sua criação e educação não se desenvolviam muito bem e as influências externas e nocivas prevaleceram sobre as tentativas da sua mãe educar um herdeiro de trono capaz de manter Portugal estável e independente. Geralmente podemos dizer, que sua família era muito importante na vida de D. Luísa e isso é bem visível no comportamento e interações entre D. Luísa e D. Catarina

---

<sup>80</sup> Por exemplo autor Hipólito Raposo escreveu biografia de D. Luísa mas essa parece algo demais favorável à ela.

quando elas mantinham correspondência intensa entre elas.

É difícil determinar definitivamente seu papel, em grande parte por causa de ausência de documentos e informações credíveis mas nossa opinião é que D. Luísa representava elemento importante no processo da restauração do Reino Português e sem suas intervenções a história de Portugal desenvolvia-se à outra direção. Medidas tomadas por ela levavam à estabilidade relativa do país que possibilitou fim da guerra de restauração e assim renovação de Portugal independente.

## Summary

Luisa de Guzmán was spouse of John, Duke of Braganza, married of to the Portugal family on the suggestion of Gaspar de Guzmán, Count-Duke of Olivares in the hopes that marriage of Spanish noblewoman with the most important and influential person in Portugal would lead to the stable union of both countries and ensure continuation of Iberian Union. His plan was not successful and John became head of conspiracy resulting in capture of Royal palace in Lisbon and John being declared king of Portugal. His Spanish wife thus found herself at the head of the country.

Luisa probably participated in some of the political decisions of her husband, but mostly was in charge of children and household. That changed, when John died in 1656 and expressly left the rule in the hands of his spouse, as well as raising their children, most importantly heir-apparent Alfonso. Luisa was confronted with many problems, f.e. persisting economical crisis leading to the lack of finances for the war with Spain; she also had to deal with foreign affairs necessary for Portuguese independence, and last but not least with succession, threatened by Alfonso's potential impotence and also incompetence.

Aim of this work is to describe events leading to the revolution and introduce important information from the life of Luisa de Guzmán and evaluate her contribution to the restoration of Kingdom of Portugal independence.



## Shrnutí

Luisa de Guzmán byla manželkou Jana, vévody z Braganzy. Do portugalské rodiny byla provdána na doporučení Gaspara de Guzmán, hraběte-vévody Olivarese, který doufal, že svatbou španělské šlechtičny s nejvýznamnější a politicky nejvlivnější osobou v Portugalsku docílí stability spojení obou zemí, a tak zajistí klidné pokračování Iberské Unie. Jeho plán se nevyplnil a Jan se stal hlavní postavou spiknutí, během kterého byl obsazen královský palác v Lisabonu a Jan byl zvolán králem Portugalska. S ním se do čela země dostala i jeho španělská manželka.

Během Janova života se Luisa pravděpodobně částečně podílela na některých politických rozhodnutích svého manžela, ale hlavně měla na starost péči o děti a dům. To se změnilo v roce 1656, když Jan zemřel a přenechal vládu v Portugalsku výslovně své manželce, stejně jako jí svěřil dohled nad výchovou jejich dětí a to hlavně nad dědicem trůnu, Alfonsem. Luisa musela čelit mnohým problémům, například přetrvávající ekonomické krizi a s tím spojeným nedostatkem finančních zdrojů na válku se Španělskem, musela se zabývat zahraniční politikou, která byla důležitá pro dosažení oficiální nezávislosti Portugalska a v neposlední řadě řešila otázku následnictví na portugalském trůnu, které bylo ohroženo kvůli možné impotenci a také neschopnosti Alfonse.

Cílem práce je popsat události, které vedly k revoluci, uvést základní informace z Luisina života a zhodnotit její podíl na obnovení nezávislosti Portugalského království.

## Anotace

**Jméno a příjmení autora:** Radka Slezáčková

**Název fakulty:** Filozofická fakulta, katedra romanistiky

**Název bakalářské práce:** Personagem da Rainha D. Luísa de Gusmão e a sua contribuição a restauração do Reino Português durante o predomínio espanhol

**Vedoucí bakalářské práce:** Mgr. Petra Svobodová, Ph.D.

**Počet znaků:** 84 064 (70 575 bez mezer)

**Počet příloh:** 0

**Počet titulů použité literatury a internetových zdrojů:** 18

**Klíčová slova:** Luisa de Guzmán, Jan IV. Portugalský, Portugalsko, restaurace Portugalska, Iberská Unie, Alfons VI. Portugalský, regentství, válka za nezávislost Portugalska, dynastie Braganza

**Abstrakt:** Bakalářská práce se zabývá postavou královny Luisy de Guzmán, manželky krále Jana IV. Portugalského, a jejím vlivem na vývoj Portugalska v období Restaurace. Po létech nadvlády Španělska v personální unii se pro Portugalce stala situace nepříjemnou a na trůn dosadili Vévodu z Braganzy, poději Jana IV. Portugalského, který měl dle některých na trůn nárok. S ním se na portugalský trůn dostala jeho manželka Luisa, původem Španělka, která po manželově smrti šest let vládla Portugalsku jako regentka. Práce popisuje její život a na jeho základě historické události, které se v Portugalsku odehrály a zkoumá vliv Luisy na vývoj země během procesu získávání nezávislosti.

## Bibliografie

ANTONIO UBIETO, *Arteta. Dějiny Španělska*. Barcelona: Edito, 1995.

DISNEY, A.R, *A history of Portugal and the Portuguese empire*. New York: Cambridge University Press, 2009.

KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska*. Praha: NLN 2007.

KLÍMA, Jan. *DĚJINY PORTUGALSKA v datech*. Praha: Libri, 2007.

MAGALHAES, José Calvet de. *Breve história diplomática de Portugal*. 2. ed. Mem Martins: Europa-América, 1990c.

MATTOSO, José. *História de Portugal: No alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

OLIVEIRA MARQUES, António Henrique de. *História de Portugal, Volume I*. Lisboa: Palas 1977.

PEREIRA, Ana Cristina. *Vida privada dos Bragança*. Lisboa: A Esfera dos Livros 2011.

POLIŠENSKÝ, Josef a Ivo BARTEČEK. *Dějiny Iberského poloostrova: (do přelomu 19. a 20. století)*. Olomouc: Univerzita Palackého v Olomouci, 2002.

RAPOSO, Hipólito. *Dona Lvisa de Gvsmoo: dvqvesa e rainha, 1613-1666*. Lisboa, Empr.

Nac. de Publicidade, 1947.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Portugal: Publicações EuropaAmérica, Lda., 1993.

VALLANCE, Monique. *A Rainha Restauradora: Luísa de Gusmão*. Lisboa: Círculo de Leitores 2012.

CRANMER, David. *English music in the Library of King João IV of Portugal*.

[http://sederi.org/docs/yearbooks/16/16\\_8\\_cranmer.pdf](http://sederi.org/docs/yearbooks/16/16_8_cranmer.pdf)

(acessado em 14/10/2016)

ERICEIRA, 3o Conde da, 1632-1690. *História de Portugal Restaurado Tomo I*. Lisboa : na Oficina de João Galrao, 1679-1698.

[http://purl.pt/22311/4/hg-1968-a/hg-1968-a\\_item4/hg-1968-a\\_PDF/hg-1968-a\\_PDF\\_24-C-R0150/hg-1968-a\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf](http://purl.pt/22311/4/hg-1968-a/hg-1968-a_item4/hg-1968-a_PDF/hg-1968-a_PDF_24-C-R0150/hg-1968-a_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf)

(acessado em 20/11/2017)

Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração – Vol. I.

[https://books.google.cz/books?](https://books.google.cz/books?id=WIKrsgWG91gC&pg=PA142&lpg=PA142&dq=atentado+joao+IV&source=bl&ots=g5bZTmRAGv&sig=FG4Vna1Z9IPT2pGU8WrIOfceVOo&hl=cs&sa=X&ved=0ahUKewjenPu4ttXQAhXJfxoKHaG1BwAQ6AEIVTAH#v=onepage&q=atentado&f=false)

[id=WIKrsgWG91gC&pg=PA142&lpg=PA142&dq=atentado+joao+IV&source=bl&ots=g5bZTmRAGv&sig=FG4Vna1Z9IPT2pGU8WrIOfceVOo&hl=cs&sa=X&ved=0ahUKewjenPu4ttXQAhXJfxoKHaG1BwAQ6AEIVTAH#v=onepage&q=atentado&f=false](https://books.google.cz/books?id=WIKrsgWG91gC&pg=PA142&lpg=PA142&dq=atentado+joao+IV&source=bl&ots=g5bZTmRAGv&sig=FG4Vna1Z9IPT2pGU8WrIOfceVOo&hl=cs&sa=X&ved=0ahUKewjenPu4ttXQAhXJfxoKHaG1BwAQ6AEIVTAH#v=onepage&q=atentado&f=false)

(acessado em 19/11/2016)

LENCASTRE, Isabel. *Bastardos reais: os filhos ilegítimos dos reis de Portugal*. Alfragide: Oficina do Livro, 2012.

[http://ler-agora.jegueajato.com/Isabel%20Lencastre/Bastardos%20Reais%20\(1079\)/Bastardos%20Reais%20-%20Isabel%20Lencastre?](http://ler-agora.jegueajato.com/Isabel%20Lencastre/Bastardos%20Reais%20(1079)/Bastardos%20Reais%20-%20Isabel%20Lencastre?)

[chave=1677cfea7cb1b4e721f78316a481fd9c&dsl=1&ext=.pdf](#)

(acessado em 1/5/2017)

Portugal, Dicionário histórico: Condestável.

<http://www.arqnet.pt/dicionario/condestavel.html>

(acessado em 27/11/2016)

Wikipédia, a enciclopédia livre: Armando Frederico.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Armando\\_Frederico](https://pt.wikipedia.org/wiki/Armando_Frederico)

(acessado em 1/11/2016)